

REPENSANDO O PAPEL DO ESTADO NA SEGURANÇA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO: A NECESSÁRIA TUTELA ESPECÍFICA DO ESTADO NO COMBATE AOS ATAQUES NAS ESCOLAS

Wendrel Veloso Passos¹
Letícia Vivianne Miranda Cury²

RESUMO: O aumento de ataques violentos em instituições de ensino no Brasil nos últimos anos levanta questões de urgências sobre o papel do Estado na proteção desses espaços. Este artigo busca analisar o papel do Estado na segurança das instituições de ensino, focando na necessidade de medidas específicas para prevenir e combater ataques violentos. Propõe uma abordagem integrada que combine segurança física, apoio psicossocial e prevenção, destacando a importância de monitoramento, políticas de inclusão e combate ao bullying. Defende também o fortalecimento da legislação sobre controle de armas e o monitoramento de redes sociais. Conclui-se que a atuação estatal deve ir além da presença policial, promovendo uma cultura de paz e o envolvimento da comunidade escolar.

Palavras-chaves: Segurança escolar. Estado. Prevenção. Ataques em escolas. Políticas públicas.

ABSTRACT: The increase in violent attacks on educational institutions in Brazil in recent decades raises urgent questions about the role of the State in protecting these spaces. This article seeks to analyze the role of the State in the security of educational institutions, focusing on the need for specific measures to prevent and combat violent attacks. It proposes an integrated approach that combines physical security, psychosocial support and prevention, highlighting the importance of monitoring, inclusion policies and combating bullying. It also advocates strengthening legislation on gun control and social media monitoring. It is concluded that state action must go beyond police presence, promoting a culture of peace and the involvement of the school community.

4198

Keywords: School security. State. Prevention. Attacks in schools. Public policies.

INTRDOUÇÃO

Nos últimos anos, o ambiente escolar tem sido palco de eventos cada vez mais alarmantes relacionados à violência, gerando discussões sobre a necessidade de medidas preventivas e corretivas que garantam a segurança de alunos e profissionais. No Brasil, ataques violentos em instituições de ensino, como o trágico massacre de Realengo, no Rio de Janeiro, em 2011, revelaram fragilidades profundas nas políticas públicas de segurança e evidenciaram a

¹ Discente do Curso de Direito, Faculdade São Lucas-AFYA.

² Professora. Mestre em Direito, Faculdade São Lucas-AFYA.

vulnerabilidade das escolas diante de atos extremos de violência. Esse cenário levanta questões sobre o papel do Estado na proteção das instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas.

A função do Estado em garantir a segurança pública é amplamente discutida na literatura jurídica e educacional. No contexto escolar, essa responsabilidade inclui a criação de políticas e estratégias de segurança que não só respondam a situações de emergência, mas que também atuem de maneira preventiva, impedindo que tragédias ocorram. No entanto, o que se observa na prática é uma atuação estatal ainda incipiente, marcada por respostas tardias e fragmentadas, que não conseguem cobrir adequadamente a diversidade de realidades das instituições de ensino em todo o país.

O crescimento dos episódios de violência nas escolas brasileiras é reflexo de uma sociedade em crise, onde fatores como desigualdade social, bullying, intolerância e acesso facilitado as armas contribuem para a deterioração do ambiente escolar. Embora o problema seja evidente, as soluções adotadas até o momento carecem de uma abordagem sistemática e integrada. As iniciativas de segurança escolar variam consideravelmente entre os estados e municípios, sendo que algumas escolas contam com estruturas de segurança razoáveis, enquanto outras operam em contextos de alta vulnerabilidade sem qualquer tipo de suporte efetivo.

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo principal analisar o papel do Estado brasileiro na segurança das instituições de ensino e propor melhorias nas políticas públicas de combate aos ataques nas escolas. Para isso, será necessário investigar as políticas vigentes, identificar falhas no sistema de proteção escolar, e sugerir alternativas baseadas tanto nas melhores práticas internacionais quanto nas necessidades específicas do contexto brasileiro.

A relevância deste estudo reside na urgência de repensar e aprimorar as políticas de segurança nas escolas, sendo ambientes essenciais para a formação de cidadãos e o desenvolvimento social. Proteger esses espaços não é apenas uma questão de segurança física, mas também de assegurar um ambiente adequado para o aprendizado e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Diante da gravidade dos ataques recentes, torna-se imperativo questionar até que ponto o Estado está preparado para cumprir o seu papel de garantidor da segurança escolar e quais mudanças são necessárias para efetivar essa proteção.

Contextualização da violência nas instituições de ensino

Nos últimos anos, o ambiente escolar brasileiro tem sido marcado por episódios preocupantes de violência, que vão desde o bullying, agressões físicas e até ataques armados. Essa realidade evidencia uma transformação nas dinâmicas de violência no país, com reflexos diretos sobre as instituições de ensino, que historicamente são vistas como espaços seguros e destinados à formação cidadã.

A violência nas escolas brasileiras pode ser observada em diferentes formas. Agressões verbais, físicas e psicológicas entre alunos, assim como casos de violência praticada contra professores e funcionários, têm se tornado comuns. De acordo com o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o Brasil ocupa uma posição alarmante em termos de violência escolar, sendo um dos países com maior incidência de bullying no mundo.

Contudo, o que mais assusta a sociedade são os ataques armados em escolas, fenômeno que tem ganhado relevância no Brasil nos últimos anos. O episódio mais chocante ocorreu em Suzano, São Paulo, em março de 2019, quando dois ex-alunos invadiram a escola estadual Professor Raul Brasil e executaram um massacre que resultou em 10 mortes, além de vários feridos. Esse ataque, inspirado em massacres internacionais, como o ocorrido em Columbine (EUA) em 1999, abriu um debate nacional sobre a fragilidade das políticas públicas de segurança nas escolas brasileiras. Muitos falam do “efeito columbine”

4200

Esse caso, assim como outros menos notórios, como o ataque em Goiânia em 2017, no qual um estudante abriu fogo contra colegas, revelam um problema crescente e preocupante: as escolas não estão preparadas para lidar com situações extremas de violência, e as ações preventivas implementadas pelo Estado têm sido insuficientes para evitar tragédias dessa magnitude.

Adicionalmente, a violência nas escolas está muitas vezes conectada a questões sociais mais amplas, como a desigualdade econômica, a desestruturação familiar, a marginalização de jovens e o fácil acesso a armas de fogo. Outro fator relevante é o impacto das redes sociais e da internet, onde discursos de ódio e incitação à violência têm encontrado espaço para circular livremente, incentivando comportamentos violentos entre jovens.

Esses acontecimentos destacam a necessidade urgente de um debate mais profundo sobre o papel do Estado na proteção das instituições de ensino. A responsabilidade estatal vai além da simples criação de leis: é necessário desenvolver e implementar políticas públicas eficazes, que promovam tanto a prevenção quanto a resposta rápida e coordenada a incidentes de violência

nas escolas. Neste contexto, o Brasil encontra-se diante de um grande desafio: criar um sistema de segurança escolar robusto, capaz de prevenir novas tragédias e oferecer aos estudantes um ambiente seguro para o seu desenvolvimento educacional e social.

Assim, a violência nas escolas brasileiras tornou-se uma questão complexa e multifacetada, que exige uma abordagem sistemática e integrada por parte do Estado e da sociedade. Apenas com o envolvimento de todos os atores governo, educadores, pais, alunos e a comunidade e será possível avançar na construção de soluções efetivas para garantir a segurança dentro do ambiente escolar.

A violência escolar é um problema global que exige uma resposta coordenada

A violência nas escolas é um fenômeno global, que se manifesta de diferentes formas e em diversas intensidades, afetando estudantes, professores e toda a comunidade escolar em diferentes países. Esse problema transcende fronteiras culturais, econômicas e sociais, sendo observado em nações desenvolvidas e em desenvolvimento. A ONU e a UNESCO, em seus relatórios sobre a educação e a violência, destacam que o ambiente escolar deveria ser um local seguro e de desenvolvimento humano, mas, para muitos alunos ao redor do mundo, a realidade é marcada pelo medo, pela insegurança e pela violência.

4201

Casos emblemáticos de violência escolar ao redor do mundo, como o massacre de Columbine em 1999, nos Estados Unidos, e outros ataques que ocorreram posteriormente em países como Alemanha, Noruega e até no Japão, exemplificam como esse tipo de violência tem repercussões globais. Esses episódios trouxeram à tona debates importantes sobre a segurança nas escolas e a responsabilidade do Estado em garantir a proteção desses ambientes.

Os tipos de violência escolar variam de agressões físicas e psicológicas entre alunos, a casos extremos de massacres armados, muitas vezes inspirados por questões sociais, culturais ou psicológicas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a discussão sobre o acesso fácil as armas de fogo tornou-se central no debate sobre como prevenir esses episódios. Na Europa, questões como bullying, racismo e exclusão social são as principais causas identificadas para a violência nas escolas, enquanto países como o Japão enfrentam uma crescente onda de bullying e suicídios de alunos devido à pressão social e educacional.

Embora a violência escolar se manifeste em contextos variados, as suas causas muitas vezes estão ligadas a fatores sociais mais amplos, como a desigualdade econômica, a marginalização, o estresse psicológico, a pressão por resultados acadêmicos, e até influências da

mídia e das redes sociais. Em nível global, a violência nas escolas é muitas vezes sintomática de tensões maiores na sociedade, como desigualdades estruturais e a falta de oportunidades, especialmente para jovens em situação de vulnerabilidade.

Além disso, o avanço tecnológico e o crescimento das redes sociais trouxeram novos desafios no combate à violência escolar. O cyberbullying, por exemplo, tornou-se uma forma de violência que ultrapassa os muros da escola, podendo causar consequências graves para as vítimas, que muitas vezes não encontram uma maneira de escapar dessas agressões, que continuam mesmo fora do ambiente físico da escola.

Diante da globalização dos casos de violência nas escolas, tornou-se evidente a necessidade de uma resposta coordenada e integrada. Governos, instituições educacionais e organismos internacionais precisam colaborar para desenvolver políticas e estratégias eficazes de prevenção e combate à violência escolar. Ações isoladas e fragmentadas têm se mostrados insuficientes para enfrentar a complexidade desse fenômeno.

No contexto internacional, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem trabalhado ativamente na promoção de uma cultura de paz nas escolas, incentivando a adoção de programas de convivência e mediação de conflitos. Em países como o Canadá e a Finlândia, foram implementados programas focados na saúde mental dos estudantes, no desenvolvimento de habilidades socioemocionais e na criação de uma cultura escolar inclusiva e segura. Essas iniciativas mostram a importância de estratégias de prevenção que abordem não só a segurança física, mas também o bem-estar emocional e psicológico dos alunos.

4202

Para que a resposta à violência escolar seja eficaz, é imprescindível que haja políticas públicas coordenadas entre diversos níveis de governo e diferentes setores da sociedade. No entanto, em muitos países, as medidas tomadas ainda são pontuais e, muitas vezes, reativas, sendo aplicadas apenas após a ocorrência de incidentes violentos graves. No Brasil, por exemplo, o massacre de Suzano trouxe à tona a necessidade de uma revisão das políticas de segurança nas escolas, mas a resposta do Estado tem sido fragmentada, sem um plano nacional coeso para lidar com o problema.

As políticas públicas precisam ir além da simples implementação de medidas de segurança física, como a presença de guardas ou câmeras de vigilância. Embora essas sejam ações importantes, elas não são suficientes para enfrentar a violência escolar em sua complexidade. Uma resposta coordenada deve incluir programas de prevenção da violência,

educação em valores, promoção da cultura de paz, mediação de conflitos e suporte psicológico para alunos e professores.

O papel do Estado é essencial para garantir a segurança e a proteção das escolas.

O Estado desempenha um papel essencial na garantia da segurança e proteção das instituições de ensino. A responsabilidade de criar um ambiente escolar seguro não se limita apenas ao fornecimento de educação de qualidade, mas também à proteção física e psicológica de todos os envolvidos no processo educacional. Essa função é diretamente ligada ao dever do Estado de assegurar os direitos fundamentais, entre eles o direito à educação e à segurança, conforme previsto na Constituição Federal do Brasil.

A segurança escolar é uma pré-condição para que o processo educacional ocorra de maneira plena e eficaz. Alunos, professores e funcionários precisam de um ambiente que seja propício ao aprendizado, livre de ameaças de violência, criminalidade ou discriminação. O Estado, nesse sentido, deve garantir que as escolas sejam espaços seguros, onde o desenvolvimento cognitivo e social possa acontecer sem interrupções ou riscos.

A Constituição Federal estabelece a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos e como um dever do Estado. O artigo 205 prevê que a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania, o que implica a necessidade de garantir um ambiente escolar seguro. A proteção do ambiente educacional também se alinha ao artigo 144, que coloca a segurança pública como responsabilidade do Estado, incluindo o dever de proteger as instituições de ensino.

O Estado deve atuar de forma ativa na criação e implementação de políticas públicas específicas para a segurança escolar. Essas políticas incluem desde medidas preventivas, como a instalação de sistemas de monitoramento, programas de mediação de conflitos e campanhas educativas contra o bullying, até ações reativas, como a resposta rápida as situações de crise ou ataques. Além disso, é fundamental que essas políticas envolvam múltiplas esferas de atuação, como a integração entre educação, saúde, segurança pública e assistência social.

Parte do papel do Estado também é garantir a formação adequada de professores e gestores para lidar com situações de violência ou ameaças dentro das escolas. Isso inclui a capacitação para a mediação de conflitos, a identificação precoce de comportamentos de risco e a intervenção em casos de bullying ou violência doméstica que se refletem no ambiente escolar.

A proteção das escolas também envolve a participação ativa da comunidade, com programas que envolvam pais, alunos e a sociedade civil na construção de um espaço escolar seguro.

A infraestrutura escolar deve ser pensada de forma a prevenir situações de risco. O Estado tem o dever de fornecer recursos para que as escolas sejam equipadas com ferramentas de segurança, como sistemas de controle de acesso, câmeras de vigilância e planos de evacuação para emergências. Essa infraestrutura não só protege fisicamente a escola, mas também age como um elemento dissuasório contra possíveis ataques ou invasões.

Nos últimos anos, o aumento de ataques a escolas, como tiroteios e outras formas de violência, tem levantado a necessidade de um olhar mais atento do Estado para a segurança escolar. O Estado deve desenvolver estratégias de prevenção, identificando potenciais ameaças antes que se concretizem, e criar protocolos de resposta rápida a crises. Isso inclui parcerias com forças de segurança locais, capacitação dos funcionários para lidar com emergências e o acompanhamento psicológico de alunos em situação de risco.

O bullying e outras formas de violência psicológica são questões centrais que afetam a segurança escolar. O Estado, em parceria com as escolas, deve promover campanhas de conscientização, programas de inclusão e ações que fortaleçam o respeito à diversidade. O desenvolvimento de uma cultura de paz dentro das escolas é uma das formas mais eficazes de prevenir a violência e promover um ambiente saudável para o aprendizado.

4204

A urgência de uma atuação mais eficaz do Estado na proteção das instituições de ensino.

O Estado precisa investir em programas que identifiquem precocemente fatores de risco dentro do ambiente escolar. A criação de equipes multidisciplinares que envolvam educadores, psicólogos, assistentes sociais e policiais especializados pode ajudar a detectar comportamentos violentos, episódios de bullying e outros sinais de alerta que, se ignorados, podem culminar em tragédias. A prevenção, nesse contexto, é a chave para evitar que situações críticas se desenvolvam.

A infraestrutura de segurança também precisa ser repensada e aprimorada. Isso inclui a implementação de sistemas de controle de acesso, câmeras de segurança e a criação de protocolos claros de resposta a emergências. Além disso, a presença de policiamento comunitário próximo às instituições de ensino pode funcionar como um elemento dissuasório para atos de violência. O Estado deve garantir os recursos financeiros e logísticos para que essas medidas sejam implementadas de forma eficaz, especialmente em escolas de áreas mais vulneráveis.

A criação de protocolos de ação em casos de ataques ou emergências é essencial para proteger vidas em situações de crise. Treinamentos periódicos com alunos, professores e funcionários, simulando situações de risco, podem salvar vidas. O Estado deve estabelecer parcerias com forças de segurança locais para garantir que as escolas estejam preparadas para lidar com emergências de maneira organizada e eficiente.

Outro aspecto crucial é o apoio psicossocial, que precisa ser ampliado nas escolas. Muitas vezes, a violência é um reflexo de problemas emocionais e sociais mais profundos, que podem ser detectados e trabalhados através de programas de acompanhamento psicológico para alunos e profissionais da educação. O Estado deve investir em programas de saúde mental, que atuem tanto na prevenção quanto no tratamento de problemas que afetam o bem-estar da comunidade escolar.

Políticas de Inclusão e Combate ao Bullying

O apoio psicossocial envolve a criação de estruturas dentro das escolas que ofereçam suporte emocional e mental para os alunos. Psicólogos, assistentes sociais e orientadores educacionais têm um papel crucial na identificação precoce de problemas como depressão, ansiedade, isolamento social e agressividade, que podem ser sinais de comportamentos violentos. O acompanhamento desses alunos permite a intervenção antes que situações de risco se agravem, além de oferecer uma rede de apoio para que os estudantes possam lidar com seus desafios emocionais e familiares.

Além disso, o apoio psicossocial é fundamental para fortalecer as habilidades socioemocionais dos alunos, como empatia, comunicação e resolução de conflitos, reduzindo a incidência de comportamentos agressivos e favorecendo a construção de um ambiente escolar mais pacífico.

A ação da legislação sobre o controle de armas e monitoramento das redes sociais

A segurança das instituições de ensino tem se tornado uma preocupação crescente diante do aumento de ataques e da violência no ambiente escolar. Entre as medidas preventivas que o Estado pode adotar, o fortalecimento da legislação sobre o controle de armas e o monitoramento de redes sociais emergem como estratégias cruciais para identificar e neutralizar possíveis ameaças antes que se concretizem.

A legislação sobre o controle de armas desempenha um papel essencial na prevenção de ataques violentos em escolas. A restrição ao acesso a armas por civis, especialmente por adolescentes e jovens, é uma medida preventiva que reduz significativamente o risco de incidentes violentos em instituições de ensino. Em países onde o controle de armas é mais rígido, há menores índices de violência letal nas escolas, reforçando a relação direta entre a regulação do acesso a armas e a segurança pública.

O Estado deve priorizar a implementação e fiscalização de leis que dificultem a aquisição e o porte de armas de fogo, especialmente em ambientes onde crianças e adolescentes estão presentes. Entre as ações possíveis, estão o aumento das exigências para a aquisição de armas, restrições rigorosas ao porte, ampliação do rastreamento e controle de armas ilegais, e punições severas para a posse ilegal de armamentos. Esses mecanismos legislativos podem evitar que armas cheguem às mãos de pessoas com histórico de violência ou com condições emocionais e psicológicas instáveis.

O monitoramento das redes sociais é uma ferramenta cada vez mais relevante para identificar comportamentos e interações de risco que possam culminar em atos violentos no ambiente escolar. Muitas vezes, os autores de ataques em escolas manifestam sinais de suas intenções em fóruns, grupos ou em perfis próprios nas redes, através de postagens que indicam comportamentos violentos, ameaças diretas ou indiretas e ideologias extremistas. O Estado pode, com o devido cuidado legal e ético, monitorar esses espaços digitais para identificar ameaças e intervir antes que elas se concretizem.

4206

Para que o monitoramento de redes sociais seja efetivo e respeite as liberdades individuais, ele deve ser realizado com transparência, por meio de tecnologias e ferramentas que utilizem inteligência artificial para identificar padrões de risco, garantindo a privacidade dos cidadãos e a atuação restrita a casos de potencial ameaça. O estabelecimento de parcerias com empresas de tecnologia e a capacitação de profissionais para monitorar conteúdos suspeitos nas redes são também medidas essenciais. Em paralelo, a criação de canais de denúncia permite que estudantes, professores e até mesmo familiares sinalizem comportamentos suspeitos observados nas redes sociais.

De acordo com Motta (2023); poder público deve promover campanhas de integração entre escolas, famílias e comunidade incentivando a participação ativa de todos na prevenção e combate à violência, incluindo a abordagem de temas como a prevenção de bullying convivência saudável, resolução de conflitos e a importância da denúncia de situações de risco. No que se

refere às entidades particulares de ensino, existem diversas medidas de segurança a serem desenvolvidas. Como exemplo, é fundamental a adoção de protocolos de segurança claros e eficientes, estabelecendo procedimentos a serem seguidos em caso de emergências ou situações de risco. Sob esse aspecto, até para que tenhamos maior garantia e efetividade desses protocolos de segurança, todos os envolvidos (funcionários, professores e alunos) precisam receber treinamentos e capacitação para agir conforme as normas estabelecidas.

A legislação sobre controle de armas e o monitoramento de redes sociais

A legislação sobre o controle de armas desempenha um papel essencial na prevenção de ataques violentos em escolas. A restrição ao acesso a armas por civis, especialmente por adolescentes e jovens, é uma medida preventiva que reduz significativamente o risco de incidentes violentos em instituições de ensino. Em países onde o controle de armas é mais rígido, há menores índices de violência letal nas escolas, reforçando a relação direta entre a regulação do acesso a armas e a segurança pública.

O Estado deve priorizar a implementação e fiscalização de leis que dificultem a aquisição e o porte de armas de fogo, especialmente em ambientes onde crianças e adolescentes estão presentes. Entre as ações possíveis, estão o aumento das exigências para a aquisição de armas, restrições rigorosas ao porte, ampliação do rastreamento e controle de armas ilegais, e punições severas para a posse ilegal de armamentos. Esses mecanismos legislativos podem evitar que armas cheguem às mãos de pessoas com histórico de violência ou com condições emocionais e psicológicas instáveis.

O monitoramento das redes sociais é uma ferramenta cada vez mais relevante para identificar comportamentos e interações de risco que possam culminar em atos violentos no ambiente escolar. Muitas vezes, os autores de ataques em escolas manifestam sinais de suas intenções em fóruns, grupos ou em perfis próprios nas redes, através de postagens que indicam comportamentos violentos, ameaças diretas ou indiretas e ideologias extremistas. O Estado pode, com o devido cuidado legal e ético, monitorar esses espaços digitais para identificar ameaças e intervir antes que elas se concretizem.

Para que o monitoramento de redes sociais seja efetivo e respeite as liberdades individuais, ele deve ser realizado com transparência, por meio de tecnologias e ferramentas que utilizem inteligência artificial para identificar padrões de risco, garantindo a privacidade dos cidadãos e a atuação restrita a casos de potencial ameaça. O estabelecimento de parcerias

com empresas de tecnologia e a capacitação de profissionais para monitorar conteúdos suspeitos nas redes são também medidas essenciais. Em paralelo, a criação de canais de denúncia permite que estudantes, professores e até mesmo familiares sinalizem comportamentos suspeitos observados nas redes sociais.

A atuação estatal deve ir além da polícia, promovendo paz e engajamento escolar

A proteção e segurança nas escolas exigem mais do que a presença policial; elas pedem um comprometimento do Estado com estratégias que promovam uma cultura de paz e o engajamento ativo da comunidade escolar. Embora o policiamento possa atuar na contenção imediata de crises, uma abordagem exclusivamente baseada na repressão não é suficiente para resolver as causas subjacentes da violência escolar. A criação de um ambiente seguro e acolhedor nas instituições de ensino requer ações preventivas e educativas, que fortaleçam o respeito, a inclusão e a empatia entre alunos, professores e toda a comunidade.

Para que o ambiente escolar seja verdadeiramente seguro, o Estado deve investir em programas que promovam uma cultura de paz desde a base educacional. Isso pode incluir currículos que abordem temas como resolução de conflitos, respeito às diferenças e a valorização da diversidade. A promoção de uma cultura de paz cria nos alunos habilidades para lidar com problemas interpessoais de forma não-violenta e construtiva, além de reduzir incidentes de bullying e outras formas de agressão. Essas ações ajudam a construir um ambiente escolar que não só previne a violência, mas que também capacita os jovens para serem cidadãos pacíficos e colaborativos.

4208

O envolvimento da comunidade escolar é uma peça chave para a efetiva promoção de um ambiente seguro. O Estado pode incentivar que escolas e famílias trabalhem juntas, compartilhando responsabilidades e promovendo o diálogo entre alunos, pais, professores e funcionários. Programas de voluntariado, conselhos escolares com participação de estudantes e familiares e atividades de integração escolar são exemplos de ações que fortalecem o senso de pertencimento e responsabilidade coletiva. Quando os alunos se sentem ouvidos e apoiados pela comunidade, há uma significativa redução de comportamentos de risco.

Além das políticas de segurança física, a atuação estatal precisa incluir apoio psicossocial dentro das escolas, como a presença de psicólogos e assistentes sociais, para identificar e lidar com comportamentos de risco antes que se transformem em incidentes de violência.

Profissionais capacitados podem trabalhar em conjunto com a comunidade escolar para desenvolver ações preventivas e identificar situações que necessitam de acompanhamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho investigou a atuação do Estado na segurança das instituições de ensino no Brasil, destacando a necessidade de políticas públicas específicas e eficazes para a prevenção e combate à violência escolar. Ao longo da pesquisa, foram discutidos os desafios que o ambiente escolar enfrenta, incluindo o bullying, o acesso facilitado a armas e a falta de apoio psicossocial. Constatou-se que a proteção dessas instituições exige uma abordagem integrada, que vá além da simples presença de agentes de segurança, promovendo uma cultura de paz e o envolvimento de toda a comunidade escolar.

Diante do aumento de ataques violentos em escolas, este estudo conclui que o Estado precisa fortalecer tanto as políticas de segurança física quanto o apoio psicossocial aos estudantes. Recomenda-se a implementação de programas de capacitação para professores, estratégias de controle de acesso nas escolas e um monitoramento ético das redes sociais. Além disso, medidas de controle de armas e a criação de um ambiente inclusivo são essenciais para mitigar os fatores de risco associados à violência.

Portanto, este trabalho contribui para o debate sobre segurança escolar ao evidenciar a importância de uma ação estatal planejada e estruturada. Acredita-se que, ao adotar essas medidas, o Estado poderá proporcionar um ambiente seguro e acolhedor, que favoreça o desenvolvimento pleno e saudável dos alunos.

4209

BIBLIOGRAFIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Ataques às escolas no Brasil: análise ao fenômeno e recomendações para a ação governamental. Brasília. 12/06/2023. 140 p. Relatório final. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>> . Acesso em 25 out. 2024.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de políticas públicas. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Brasília, 152p, 2018.

PIRES, Thalita. Brasil de Fato. Polícia nas Escolas não evitam ataques e pode introduzir outras violências. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/16/policia-nas-escolas-nao-evita-ataques-e-pode-introduzir-outras-violencias>> . Acesso em: 28 de out de 2024.

MOTTA, Ricardo. Jovem Pan. Segurança no Ambiente escolar é uma responsabilidade compartilhada entre governos, instituições de ensino e a comunidade. Disponível em: <<https://jovempan.com.br/opiniao-jovem-pan/comentaristas/ricardo-motta/seguranca-no-ambiente-escolar-e-uma-responsabilidade-compartilhada-entre-governos-instituicoes-de-ensino-e-a-comunidade.html>>. Acesso em: 01 de nov de 2024.

ABRAMOVAY, Miriam. Unesco. Violência nas Escolas. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133967_por>. Acesso em 03 de nov de 2024.